



Instituto de
Responsabilidade
Social Sírio
Libanês
Unidade de
Reabilitação Lucy
Montoro

**Demonstrações financeiras
em "carve out" 31 de
dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, gestor da
Unidade de Reabilitação Lucy Montoro
Mogi Mirim - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” da Unidade de Reabilitação Lucy Montoro (“Entidade”), filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Reabilitação Lucy Montoro, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras “carve out”

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” e os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Consequentemente, essas



demonstrações financeiras “carve-out” podem não ser necessariamente um indicativo de performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras “carve-out” do exercício anterior

O exame do balanço patrimonial “carve-out” em 01º de janeiro de 2016 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e o exame das demonstrações financeiras “carve-out” relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota 4, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 4 de março de 2016 e 3 de abril de 2017, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras “carve-out” do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 examinamos os ajustes nos valores correspondentes ao balanço patrimonial “carve-out” em 1º de janeiro de 2016 e das demonstrações financeiras “carve-out” do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial “carve-out” em 1º de janeiro de 2016 e sobre as demonstrações financeiras “carve-out” do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outros assuntos - restrições sobre uso e distribuição

As demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretária Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, Unidade de Reabilitação Lucy Montoro e Secretaria Estadual da Saúde.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras “carve-out”

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

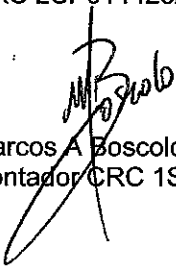
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1º de janeiro de 2016

(Valores expressos em Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Ativo circulante					Passivo circulante				
Recursos financeiros vinculados à projetos	5	1.312.106	1.124.651	377.082	Fornecedores	8	169.895	138.644	44.110
Creditos diversos	6	13.197	47.893	25.686	Obrigações trabalhistas	9	611.212	665.703	499.955
Outras contas a receber - partes relacionadas	12	-	4.321	22.843	Obrigações tributárias	10	5.314	4.729	12.165
Total do ativo circulante		1.325.303	1.176.865	425.611	Total do passivo circulante		786.421	809.076	556.230
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Imobilizado	7	796.437	925.097	1.059.183	Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	11	796.437	925.097	1.059.183
Total do ativo não circulante		796.437	925.097	1.059.183	Total do passivo não circulante		796.437	925.097	1.059.183
					Patrimônio líquido	13			
					Superávits acumulados		367.789	(130.619)	1.611.797
					Superávit (déficit) do exercício		171.093	498.408	(1.742.416)
					Total do patrimônio líquido		538.882	367.789	(130.619)
Total do ativo		2.121.740	2.101.962	1.484.794	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.121.740	2.101.962	1.484.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - estadual	14	<u>6.112.214</u>	<u>6.225.370</u>
Custos e despesas operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	15	(5.450.660)	(5.105.573)
Utilidade pública	16	(10.528)	(14.556)
Serviços profissionais	17	(344.484)	(453.776)
Depreciações	7	(128.660)	(134.086)
Outras despesas operacionais	18	<u>(110.922)</u>	<u>(115.462)</u>
		<u>(6.045.254)</u>	<u>(5.823.453)</u>
Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>66.960</u>	<u>401.917</u>
Despesas financeiras	19	(33.483)	(29.626)
Receitas financeiras	19	<u>137.616</u>	<u>126.117</u>
Receitas financeiras, líquidas	19	<u>104.133</u>	<u>96.491</u>
Superávit do exercício		<u><u>171.093</u></u>	<u><u>498.408</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Superávit do exercício	171.093	498.408
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	171.093	498.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês Unidade de
Reabilitação Lucy Montoro**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	2.119.404	(1.742.416)	376.988
Impacto da retificação de erros	<u>(507.607)</u>	<u>-</u>	<u>(507.607)</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	<u>1.611.797</u>	<u>(1.742.416)</u>	<u>(130.619)</u>
Incorporação do déficit do ano anterior ao superávit acumulado	(1.742.416)	1.742.416	-
Superávit do exercício - reapresentado	<u>-</u>	<u>498.408</u>	<u>498.408</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	<u>(130.619)</u>	<u>498.408</u>	<u>367.789</u>
Incorporação do superávit do ano anterior ao superávit acumulado	498.408	(498.408)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>171.093</u>	<u>171.093</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>367.789</u>	<u>171.093</u>	<u>538.882</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês Unidade de
Reabilitação Lucy Montoro**

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em Reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	171.093	498.408
Ajustes por:		
Depreciações	128.660	134.086
Variação de ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos financeiros vinculados a projetos	(187.455)	(747.569)
Créditos diversos	34.696	(22.207)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	31.251	94.534
Obrigações trabalhistas	(54.491)	165.748
Obrigações tributárias	585	(7.436)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	<u>124.339</u>	<u>115.564</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	<u>(128.660)</u>	<u>(134.086)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(128.660)</u>	<u>(134.086)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	<u>4.321</u>	<u>18.522</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>4.321</u>	<u>18.522</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras “carve out”

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“Instituto”) é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede à Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

Contratos de Gestão Governo de São Paulo - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro

Localizada na Avenida Professor Adib Chaib, nº 1.001 - Mogi Mirim (Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim). O contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2014 firmado em 2 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 2 de maio de 2012 por 5 anos. O valor do repasse previsto para 2017 é de R\$ 2,07 milhões, com validade até abril de 2017. A partir de 01 de maio de 2017, foi celebrado o novo contrato de Gestão nº 001.0100.000.366/2006, com vigência de cinco anos e valor global estimado de R\$ 29,4 milhões. O valor de repasse de maio à dezembro de 2017 deste instrumento é de R\$ 3,9 milhões. O valor do repasse estimado para 2018 é de R\$ 5,8 milhões.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras “carve-out” que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Unidade de Reabilitação Lucy Montoro (“Entidade”) inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº. 09.538.688/0008-09 que é gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“Instituto”) inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 09.538.688/0001-32 os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSSs).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão.

A emissão das demonstrações financeiras “carve out” do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pelo Conselho da Administração do Instituto em 26 de março de 2018.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras “carve out” são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras “carve out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas

Nota explicativa 7 - valor residual do ativo imobilizado; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativa 20 - instrumentos financeiros.

d. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras “carve out” foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras “carve out” foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

a. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

d. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

e. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

f. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

g. Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no mês de sua competência.

h. Subvenções governamentais

Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (“SES”) e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma:

Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas.

Subvenção para investimentos - As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica “Subvenções de bens a apropriar”, sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

i. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras “carve out”.

j. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de

investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

k. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras “carve out”. Aquelas que podem ser relevantes para o Instituto estão mencionadas abaixo. O Instituto não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Instituto em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Instituto detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Instituto fará no futuro, no entanto, o Instituto considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

IFRS 15 - Receita de contrato com clientes (Revenue from Contracts with Customers)

A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

As receitas do Instituto incluem principalmente recursos financeiros provenientes de recursos dos contratos de gestão mantidos com a Secretaria.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O Instituto não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Entidade está analisando a aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral a Entidade deverá reconhecer ativos de arrendamento (direito de uso) e passivos de arrendamento (inicialmente mensurado pelo valor presente das contraprestações não canceláveis) no balanço em essência para todos os arrendamentos. Mesmo sem uma avaliação detalhada da norma a Entidade entende que não haverá impacto significativo na implementação da IFRS16 nas rubricas de ativos e passivos, tendo em vista que a Entidade não possui contratos de arrendamentos relevantes.

4 Ajustes nos valores correspondentes

Durante o exercício de 2017, a Administração identificou necessidade de ajustes por retificação de erros nos valores correspondentes relativos ao balanço em 1º de janeiro de 2016 e demonstrações financeiras relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência dos seguintes assuntos:

- (i) **Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, havia contabilizado no ativo circulante recursos a receber de contratos de gestão e convênios, nos montantes de R\$ 507.607 e R\$ 507.607, respectivamente, tendo como contrapartida as rubricas de receita de parceria com restrição - federal de exercícios anteriores. Entretanto, de acordo com os limites previstos nos contratos de gestão, todos os repasses já haviam sido efetuados não havendo nenhum saldo a receber relacionados a tais contratos de gestão em cada um dos respectivos exercícios. Dessa maneira, os saldos de contas a receber, a tais períodos, estavam apresentados a maior e a receita de 2015 estava apresentada a maior, enquanto ao período de 2016, estava apresentada a menor.
- (ii) **Imobilizado** - no exercício de 2017, os recursos provenientes dos contratos de gestão, empregados na aquisição de ativo imobilizado, estavam sendo apresentados apenas em contas de compensação, não tendo, dessa forma, reflexo na demonstrações contábeis do Instituto. Além disso, foi também identificado que o imobilizado não estava sendo depreciado. Consequentemente, em 1º janeiro de 2016 o imobilizado líquido dos efeitos da depreciação e o passivo de subvenção de bens a apropriar foram aumentados em R\$R\$ 1.059.183. Em 31 de dezembro de 2016, o imobilizado líquido dos efeitos da depreciação e o passivo de subvenção de bens a apropriar estavam sendo apresentados a menor e, por consequência, estão sendo aumentados em R\$ 925.097. A receita de recursos de contratos de gestão e despesas com depreciação, ao considerar os efeitos do ativo e do passivo respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aumentadas em R\$134.086.

Balanço patrimonial

1º de Janeiro de 2016

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	507.607	(507.607) (i)	-
Imobilizado	-	1.059.183 (ii)	1.059.183
Outros ativos	425.611	-	425.611
Total de ativos	933.218	551.576	1.484.794
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	-	1.059.183 (ii)	1.059.183
Outros passivos	556.230	-	556.230
Total de Passivos	556.230	1.059.183	1.615.413
Superávit acumulado	2.119.404	(507.607) (i)	1.611.797
Superávit do exercício	(1.742.416)	-	(1.742.416)
Total do patrimônio Líquido	376.988	(507.607)	(130.619)
Total de ativos	933.218	551.576	1.484.794

31 de dezembro de 2016

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	507.607	(507.607) (i)	-
Imobilizado	-	925.097 (ii)	925.097
Outros ativos	1.176.865	-	1.176.865
Total de ativos	1.684.472	417.490	2.101.962
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	-	925.097 (ii)	925.097
Outros passivos	809.076	-	809.076
Total de Passivos	809.076	925.097	1.734.173
Superávit acumulado	376.988	(507.607) (i)	(130.619)
Superávit do exercício	498.408	-	498.408
Total do patrimônio Líquido	875.396	(507.607)	367.789
Total de passivos	1.684.472	417.490	2.101.962

Demonstração de resultado - 2016

31 de dezembro de 2016

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Recursos dos contratos de gestão - Estadual	6.091.284	134.086 (ii)	6.225.370
Depreciação do imobilizado	-	(134.086) (ii)	(134.086)
Despesas operacionais e financeiras	(5.592.876)	-	(5.592.876)
Superávit do exercício	498.408	-	498.408

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2016

	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Superávit do exercício	498.408	-	498.408
Ajustes por			
Depreciação do imobilizado	-	(134.086) (ii)	134.086
	498.408	(134.086)	632.494
Varição de ativos e passivos operacionais			
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	-	(134.086) (ii)	(134.086)
Outras variações de ativos e passivos operacionais	(516.930)	-	(516.930)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(18.522)	-	(18.522)
Caixa líquido (utilizados nas) atividades de investimento	-	-	-
Caixa líquido (utilizados nas) atividades de financiamento	18.522	-	18.522
Varição de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-

5 Recursos vinculados à projetos

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	3	168
Aplicações financeiras	1.312.103	1.124.483
	1.312.106	1.124.651

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. O fundo é destinado a clientes pessoas físicas ou jurídicas do Banco do Brasil, que buscam retorno através de investimentos que acompanhem a variação do CDI, com perfil de aplicação de curto prazo. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 85% a 95% do CDI (em 2016 a remuneração ficou em 91,6% do CDI)

6 Créditos diversos

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos a funcionários	<u>13.197</u>	<u>47.893</u>
	<u>13.197</u>	<u>47.893</u>

7 Imobilizado

				Reapresentado	
				Líquido	
				2017	2016
	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada		
Instalações	20%	813.441	244.032	569.409	650.753
Móveis e utensílios	10%	207.699	97.834	109.865	130.636
Máquinas e equipamentos médicos	20%	192.982	82.983	109.999	129.289
Máquinas e equipamentos em geral	20%	1.365	618	747	883
Software e hardware	20%	62.991	56.574	6.417	13.536
Total		<u>1.278.478</u>	<u>482.041</u>	<u>796.437</u>	<u>925.097</u>

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Custo				
Instalações	813.441	-	-	813.441
Móveis e utensílios	207.699	-	-	207.699
Máquinas e equipamentos médicos	192.982	-	-	192.982
<i>Máquinas e equipamentos em geral</i>	1.365	-	-	1.365
Software e hardware	62.991	-	-	62.991
Total custo	<u>1.278.478</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.278.478</u>

*Instituto de Responsabilidade Social Sírio
Libanês Unidade de Reabilitação Lucy Montoro
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

Depreciação				
Instalações	(162.688)	(81.344)	-	(244.032)
Móveis e utensílios	(77.063)	(20.771)	-	(97.834)
Máquinas e equipamentos médicos	(63.693)	(19.290)	-	(82.983)
Máquinas e equipamentos em geral	(482)	(136)	-	(618)
Software e hardware	(49.455)	(7.119)	-	(56.574)
Total depreciação	(353.381)	(128.660)	-	(482.041)
Saldo líquido	925.097	(128.660)	-	796.437

Reapresentado

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Custo				
Instalações	813.441	-	-	813.441
Móveis e utensílios	207.699	-	-	207.699
Máquinas e equipamentos médicos	192.982	-	-	192.982
Máquinas e equipamentos em geral	1.365	-	-	1.365
Software e hardware	62.991	-	-	62.991
Total custo	1.278.478	-	-	1.278.478

Depreciação				
Instalações	(81.344)	(81.344)	-	(162.688)
Móveis e utensílios	(56.292)	(20.771)	-	(77.063)
Máquinas e equipamentos médicos	(44.403)	(19.290)	-	(63.693)
Máquinas e equipamentos em geral	(345)	(137)	-	(482)
Software e hardware	(36.911)	(12.544)	-	(49.455)
Total depreciação	(219.295)	(134.086)	-	(353.381)
Saldo Líquido	1.059.183	(134.086)	-	925.097

8 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	<u>169.895</u>	<u>138.644</u>

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

*Instituto de Responsabilidade Social Sírio
Libanês Unidade de Reabilitação Lucy Montoro
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos (a)	13.702	23.105
A vencer até 30 dias	153.888	115.539
A vencer de 31 à 180 dias	2.305	-
	169.895	138.644

- (a) A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimo legais de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

9 Obrigações trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para férias e encargos sobre férias	350.437	339.271
Salários e ordenados a pagar	155.406	193.408
Contribuições e encargos sociais	105.369	133.024
	611.212	665.703

10 Obrigações tributárias

	31/12/2017	31/12/2016
INSS pessoa jurídica	2.888	2.980
ISS	1.537	1.166
PIS/COFINS/CSLL	746	507
IRRF	143	76
	5.314	4.729

11 Subvenção de bens a apropriar - imobilizado

	Reapresentado				
Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2017	
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	925.097	-	-	(128.660)	796.437

	Reapresentado				
Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2016	
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	1.059.183	-	-	(134.086)	925.097

As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica “Subvenções de bens a apropriar”, sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07. Vide notas explicativas 7 e 14.

12 Partes relacionadas

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Unidade Hospital Geral do Grajaú	-	2.500
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês - matriz	-	1.461
Unidade AME Interlagos	-	360
	-	4.321

Remuneração da Administração - os membros do conselho não possuem nenhum tipo de remuneração.

13 Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

14 Receitas dos contratos de gestão - convênio estadual

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Contrato de gestão - Lucy Montoro	5.983.554	6.091.284
Subvenções compra equipamentos hospitalares	128.660	134.086
	6.112.214	6.225.370

15 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos	(4.209.398)	(3.946.382)
Materiais de consumo	(858.685)	(801.455)
Segurança e vigilância	(183.946)	(184.859)
Higiene e limpeza	(177.895)	(152.468)
Serviços médicos	(17.219)	(12.698)
Medicamentos e materiais	(3.338)	(7.708)
Lavadeira e rouparia	(179)	(3)
	(5.450.660)	(5.105.573)

16 Utilidade pública

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com telecomunicações	(10.528)	(14.556)
	(10.528)	(14.556)

17 Serviços profissionais

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços diversos - pessoas jurídicas	(139.530)	(212.438)
Consultoria e assessoria	(107.625)	(113.263)
Suporte em infraestrutura de TI	(73.738)	(30.825)
Manutenção e conservação	(19.091)	(77.974)
Auditoria	(4.500)	(14.900)
Serviços técnicos administrativos	-	(4.376)
	(344.484)	(453.776)

18 Outras despesas operacionais

	31/12/2017	31/12/2016
Locação de equipamento	(78.292)	(61.098)
Produtos de jardinagem	(10.300)	(16.810)
Uniforme / E.P.I	(8.800)	(5.130)
Despesas legais / fiscais / parafiscais	(6.713)	(20.507)
Despesas de viagem	(4.171)	(6.798)
Outras despesas	(2.646)	(5.119)
	(110.922)	(115.462)

19 Receitas financeiras, líquidas

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(18.950)	(25.972)
Despesas Bancárias	(14.357)	(2.453)
Multas	(128)	-
Juros incorridos	(30)	(12)
Imposto sobre operações financeiras	(18)	(1.189)
	(33.483)	(29.626)
	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	136.204	126.003
Descontos obtidos	1.412	114
	137.616	126.117
	104.133	96.491

20 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016), o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas

obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Instituto.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2017		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor	Total	6 meses ou	06/dez	Mais de 5	
	Contábil		Menos	meses	1 -2 anos	anos
Fornecedores	169.895	169.895	169.895	-	-	-
Total	169.895	169.895	169.895	-	-	-

31/12/2016		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros não derivativos	Valor	Total	6 meses ou	06/dez	Mais de 5	
	Contábil		Menos	meses	1 -2 anos	anos
Fornecedores	138.644	138.644	138.644	-	-	-
Total	138.644	138.644	138.644	-	-	-

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras “carve out” foi:

	Nota	2017	2016
Recursos financeiros vinculados à projetos	5	1.312.106	1.124.651
Outros ativos		13.197	47.893
Total		1.325.303	1.172.544

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

31 de dezembro 2017	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos	5	1.312.106	-	-	1.312.103	1.312.103
Outros ativos		13.197	-	-	13.197	13.197
Fornecedores	8	-	-	(169.895)	(169.895)	(169.895)
Outras obrigações		-	-	(616.526)	(616.526)	(616.526)
		<u>1.325.303</u>	<u>-</u>	<u>(786.421)</u>	<u>538.879</u>	<u>538.879</u>

31 de dezembro 2016	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos	5	1.124.651	-	-	1.124.651	1.124.651
Outros ativos		52.214	-	-	52.214	52.214
Fornecedores	8	-	-	(138.644)	(138.644)	(138.644)
Outras obrigações		-	-	(670.432)	(670.432)	(670.432)
		<u>1.176.865</u>	<u>-</u>	<u>(809.076)</u>	<u>367.789</u>	<u>367.789</u>

21 Tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

COFINS

O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto 2016 aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2017 e de 2016. Estão detalhados os impostos e contribuições com


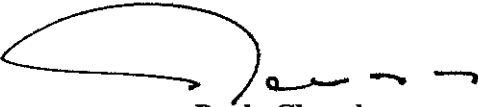
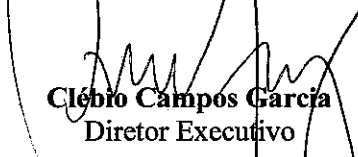
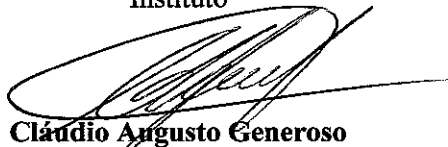
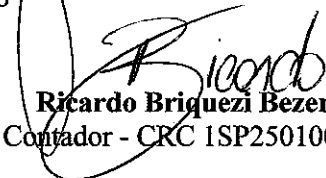
seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo)
Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL).

22 Isenção de INSS cota patronal

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,8%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,96%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015).

* * *

 Lilian Cury Presidente do Conselho Administrativo do Instituto	 Paulo Chapchap Membro do Conselho Administrativo do Instituto
 Clébio Campos Garcia Diretor Executivo	 Cláudio Augusto Generoso Gerente Financeiro e Contábil
 Ricardo Briquezi Bezerra Contador - CRC 1SP250100/O-3	